



GOVERNO NA MIRA DO STF

Enquanto a Câmara não discute as dezenas de projetos que sustentam os decretos do governo Bolsonaro sobre a liberação do porte e a posse de armas, a ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, decidiu suspender uma parte das novas regras. O argumento é de que essas medidas podem beneficiar as milícias e vão contra a política de desarmamento.

O plenário do Supremo Tribunal Federal deve analisar a matéria. Essa é mais uma decisão monocrática que pressiona o Congresso e o Governo, numa sequência que vai desde a prisão de Daniel Silveira, a instauração da CPI sobre a Pandemia, até o julgamento sobre a suspeição de Moro e elegibilidade de Lula. O Senado pretende responder instaurando a “CPI da Toga”.

A instalação da CPI que vai analisar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento à Covid-19 gerou debates. Primeiro, o Governo tentou inviabilizar a instalação. Depois batalhou para ampliar o escopo para estados e municípios. Com mais de 380 mil mortes, hospitais superlotados, filas de espera para UTIs e falta de medicamentos para o kit intubação, o Governo perde tempo preparando dossiê contra os chefes de executivo locais.

Nos dias 22 e 23 de abril acontece a Cúpula do Clima, e Bolsonaro - que afirmou em carta que iria acabar com o desmatamento ilegal até 2030 - terá que explicar porque a extensão da área de árvores derrubadas é a pior em dez anos. Foram 810 km² de desmatamento na Amazônia Legal em março.

Enquanto isso, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP) segue sendo misógino, preconceituoso, racista, fascista. A barbaridade mais recente foi sua fala em relação às deputadas da CCJC, chamadas de “portadoras de vagina”. Partidos e deputadas protocolaram representação pedindo abertura de processo no Conselho de Ética.

E por fim, terminou o processo de escolha das deputadas que vão ocupar os espaços institucionais de defesa dos direitos das mulheres na Câmara. Celina Leão (PP/DF) é a nova Secretária da Mulher. Das deputadas mais próximas aos movimentos de mulheres, teremos Tereza Nelma (PSDB/AL) como Procuradora Geral da Mulher e Lídice da Mata (PSB/BA) como 2ª Procuradora. As duas integram a Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular.

Na sessão “Propostas que tiveram andamento” listamos projetos recentes das deputadas Chris Tonietto (PSL/RJ) e Carla Zambelli (PSL/SP), que retiram direitos, e que foram apensados a outros que consideramos positivos. É normal juntar projetos que tratam do mesmo tema, mesmo quando suas propostas são opostas.

PAUTA DA SEMANA

NO CONGRESSO NACIONAL

O debate mais importante do Plenário da Câmara esta semana deve ser o Projeto sobre Crimes contra o Estado Democrático de Direito. Como explicamos semana passada, há várias polêmicas no texto, que remetem tanto ao caso do Deputado Daniel Silveira como ao processo de criminalização dos movimentos sociais. Tem também alguma chance de incluir violência política contra as mulheres.

Na pauta do Plenário continuam os projetos sobre campanhas para igualdade no mundo do trabalho. O Projeto de Lei nº 1943-A, de 2019, altera a CLT para dispor sobre campanha de divulgação de igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres, bem como estabelece mecanismos educativos e informativo. A Relatora é pela aprovação com o substitutivo e incorporando apensados. Um deles trata de campanha para a divulgação dos direitos das trabalhadoras domésticas.

RESULTADOS DA SEMANA

DE 12 A 16 DE ABRIL

CÂMARA

Plenário aprova proposta para que conste nos sistemas de registro de informações das polícias civil e militar a concessão de medidas protetivas da Lei Maria da Penha

O PL 976/2019, de autoria da deputada Flávia Morais (PDT/GO), teve parecer da relatora, deputada Greyce Elias (Avante/MG), pela aprovação do projeto. A matéria segue agora para o Senado.

Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC) aprova o uso de dispositivo para medidas protetivas em caso de violência doméstica

PL 10024/2018, de autoria da deputada Maria do Carmo Alves (DEM/SE), altera a Lei Maria da Penha para incluir o uso de dispositivo móvel de segurança, e ter mais efetividade nas medidas protetivas de urgência. Foi aprovada a Redação Final e agora a matéria retorna ao Senado.

Comissão de Legislação Participativa (CLP) aprova requerimento para discutir a revogação da Lei de Segurança Nacional

REQ 13/2021, de autoria da deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), para a realização de audiência pública com objetivo de discutir a revogação da Lei de Segurança Nacional e os crimes contra o Estado Democrático de Direito.

O Plenário do Senado aprovou o Formulário Nacional de Avaliação de Risco para mulher vítima de violência e o afastamento da empregada gestante do trabalho presencial durante o estado de calamidade. As matérias vão à sanção.

Foi aprovado o [PL 6298/2019](#), de autoria da deputada Federal Elcione Barbalho (MDB/PA), que institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

E também o [PL 3932/2020](#), de autoria da deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC), que dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante o estado de calamidade pública. Aprovado, com emendas de redação.

PROPOSTAS EM ANDAMENTO NO CONGRESSO NACIONAL

O [PL 1945/2020](#), de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), que altera o Código Penal para incluir aumento de pena em caso de aborto realizado em razão de microcefalia ou qualquer outra anomalia ou malformação do feto, foi apensado ao [PL 4403/2004](#), de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e mais 8 deputadas. Um PL negativo apensado a um positivo, na nossa avaliação, já que o Feghali isenta de pena a prática de "aborto terapêutico" em caso de anomalia do feto — incluindo o feto com anencefalia, que implique em impossibilidade de vida extrauterina. O [PL 4403/2004](#) aguarda o parecer do relator na CCJC, deputado Pastor Eurico (PATRI/PE).

Outro projeto de Chris Tonietto que teve alteração foi o [PL 299/2021](#), que proíbe qualquer forma de manipulação experimental, comercialização e descarte de embriões humanos. O Projeto foi apensado ao [PL 3067/2008](#), de autoria do deputado Dr. Pinotti (DEM/SP), que estabelece que as pesquisas com células-tronco só poderão ser feitas por entidades habilitadas, mediante autorização especial da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP; proíbe a remessa para o exterior de embriões congelados; e veda o envio e a comercialização dos resultados das pesquisas.

Estes dois e outros 19 projetos, por sua vez, estão apensados ao [PL 1184/2003](#), de autoria do senador Lucio Alcantara (PSDB/CE) que trata da reprodução humana assistida e aguarda o parecer do relator, deputado Diego Garcia (PODE-PR), na CCJC.

O [PL 2893/2019](#), de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ) e Felipe Barros (PSL/PR), que revoga os permissivos legais para o aborto, assegurados no Código Penal, foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e depois deverá ser apreciado pelo Plenário. No momento aguarda a designação de relatoria na CMulher.

[PL 232/2021](#), de autoria da deputada Carla Zambeli (PSL/SP), que torna obrigatória a apresentação de Boletim de Ocorrência com exame de corpo de delito positivo que ateste a veracidade do estupro, para realização de aborto decorrente de violência sexual, foi apensado ao [PL 6022/2013](#), de autoria do Poder Executivo (na época de Dilma Rousseff). Ele altera a Lei nº 12.845/2013 que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual, obrigando a oferta de todos os métodos contraceptivos de emergência e coquetéis anti-hiv. Além dessa, tramitam outras nove propostas apensadas ao [PL 6022/2013](#), que aguardam o parecer do relator, deputado Jorge Solla (PT/BA) na CSSF.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Qual o sentido de um grupo de trabalho sem a representação das populações interessadas?

[PDL 151/2021](#), de autoria do senador Paulo Rocha (PT/PA), susta a [Portaria nº 869, de 22 de março de 2021](#), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que institui “o Grupo de Trabalho sobre Crianças e Jovens Indígenas em Situação de Vulnerabilidade, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos”.

Regulação de mandatos coletivos

[PL 1422/2021](#), de autoria do deputado Bacelar (Pode/BA), dispõe sobre o mandato coletivo.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Mais uma proposta para assegurar a igualdade salarial entre homens e mulheres

PL 1372/2021, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre medidas para assegurar a igualdade salarial entre os sexos e sobre a proteção à testemunha no processo judiciário do trabalho, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial.

Privatização não! Parlamentares apresentam projetos para sustar decretos de privatização de Bolsonaro

O deputado André Figueiredo (PDT/CE) apresentou o PDL 156/2021 sustando a privatização da Eletrobras e o PDL 155/2021 sustando a privatização da EBC. No mesmo sentido foram apresentados o PDL 154/2021 (deputado João Daniel - PT/SE e mais 6) e PDL 162/2021 (Talíria Petrone - PSOL/RJ e mais 8), sustando a privatização da Eletrobras e o PDL 153/2021 (deputada Talíria Petrone - PSOL/RJ e mais 8), sustando a privatização da EBC.

Enquanto isso o governo segue no desmonte e publica o Decreto nº 10.674/2021 que dispõe sobre a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o Decreto nº 10.673/2021, que inclui nove unidades de conservação no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e no Programa Nacional de Desestatização.

E propostas para impedir são apresentadas: PDL 169/2021 (Marília Arraes - PT/PE), PDL 168/2021 (Orlando Silva - PCdoB/SP), PDL 167/2021 (Padre João - PT/MG), PDL 166/2021 (Talíria Petrone - PSOL/RJ e mais 8), PDL 163/2021 (Bohn Gass - PT/RS e mais 7), PDL 161/2021 (André Figueiredo - PDT/CE) e PDL 160/2021 (José Guimarães - PT/CE), sustam a privatização dos Correios. E o PDL 164/2021 (Marcelo Freixo - PSOL/RJ) susta a privatização das unidades de conservação.

Neste governo, tudo indica que anistia nunca mais

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos publicou 171 portarias (Portaria 1152/2021 a Portaria 1323/2021) todas indeferindo pedidos de anistia.

VALE A PENA CONFERIR!



Nem Presa, Nem Morta

4º Boletim Futuro do Cuidado – Justiça Reprodutiva em Tempos de Pandemia



Portal Catarinas

Redeh denuncia ataque institucional contra Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos



Inesc

Baixa execução financeira e lentidão do governo asfixiaram políticas sociais



SPW

Déjà vu”: responsabilizando as mulheres pela reprodução sem garantir seus direitos.



Ato contra a urgência do PL 6764

Organizações sociais e movimentos populares realizam manifestação contra tentativa do Congresso em acelerar votação sem debate com população. Com participação de juízes, defensoras/es de direitos humanos que lutaram contra a ditadura e organizações sociais.



Radarelaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.